

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE REVISÃO

SPMS-SERVIÇOS PARTILHADOS DO
MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.

2º TRIMESTRE DE 2018

À Df.
[assinatura]
01.02.2019

RELATÓRIO

1 - INTRODUÇÃO

Nos termos do despacho de 04 Maio 2015 de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro, que nos nomeou como Fiscal único da SPMS-Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE, adiante designado por SPMS, cumpre-nos apresentar relatório da actividade de fiscalização efectuada no segundo trimestre de 2018.

2 - ÂMBITO

O âmbito da actividade exercida teve como quadro o normativo referido no Ponto 1, tendo sido efectuada a revisão legal da SPMS e o exame das suas contas referidas a 30 de Junho de 2018, de acordo com as normas de revisão/auditoria em vigor e com a profundidade que considerámos necessária.

3 - TRABALHO REALIZADO

- 3.1 – Participação em diversas reuniões com a Administração, Director Financeiro e Contabilista Certificado, com o objectivo de recolhermos informação/documentação relativamente à actividade desenvolvida no período;
- 3.2.- Avaliação da adequacidade e consistência das políticas contabilísticas adoptadas, nomeadamente amortizações, provisões, ajustamentos, valorimetria, reconhecimento de gastos/rendimentos e diferimentos;
- 3.3. - Verificação da conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço em 30 de Junho de 2018, a Demonstração de Resultados por Natureza, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas às Demonstrações Financeiras, todas referidas àquela data;
- 3.4.- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos de suporte;
- 3.5. - Análise do controlo interno;
- 3.6. - Realização de testes substantivos nas seguintes áreas;
 - 3.6.1. - Inventariação e confirmação dos saldos de Caixa;
 - 3.6.2. - Análise e verificação das reconciliações bancárias preparadas na SPMS;
 - 3.6.3. Confirmação da existência, titularidade e montantes dos Outros Depósitos Bancários/Depósitos a Prazo;

- 3.6.4.- Análise de contas de terceiros, designadamente de Clientes, de Fornecedores e de Outras Contas a Receber e a Pagar;
- 3.6.5.- Análise dos saldos e movimentos contabilizados nas contas de Diferimentos;
- 3.6.6.- Análise da conta de Subcontractos e dos processos de compra mais relevantes;
- 3.6.7.- Verificação dos investimentos/desinvestimentos em imobilizado;
- 3.6.8.- Análise dos critérios e cálculos de amortizações;
- 3.6.9.- Análise dos critérios e cálculos de ajustamentos/provisões;
- 3.7. – Análise das contas de Capital Próprio;
- 3.8. - Verificação documental dos gastos, perdas, rendimentos e ganhos relevantes;
- 3.9. - Verificação da situação fiscal e perante a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações;

4 - RELATÓRIO

Como consequência do trabalho desenvolvido e das opiniões que temos, parece-nos conveniente realçar os seguintes pontos:

- 4.1.- Nas reuniões havidas com a Administração, Diretor Financeiro e Contabilista Certificado, obtivemos os esclarecimentos e documentos que considerámos necessários.
- 4.2.- A SPMS prosseguiu políticas contabilísticas que nos parecem adequadas e que são consistentes com as utilizadas no exercício anterior. A partir de 01 de Janeiro de 2018 A SPMS adoptou o SNC-AP de acordo com o Decreto-lei 92/2015.
- 4.3. - As Demonstrações Financeiras relativas a 30/06/2018 estão conformes com as Normas Contabilidade Pública (NCP) que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).
- 4.4 – As Demonstrações Financeiras estão de acordo com os registos e documentos de suporte.
- 4.5. - Analisámos o sistema de controlo interno tendo-se concluído que apesar de não existir um Manual de Procedimentos único, é observado um conjunto de normas e procedimentos escritos, Circulares Internas, que asseguram um razoável controlo interno.
No primeiro e segundo trimestres de 2018, não foi emitida nenhuma Circular Interna.
- 4.6. - Relativamente aos testes substantivos realizados salienta-se:
- 4.6.1. - A conta de Caixa encontra-se desagregada em Caixa de Lisboa e Caixa do Porto. Relativamente a 30 de Junho de 2018, a Caixa de Lisboa apresentava um saldo de 625,31 euros e a Caixa do Porto apresentava um saldo de 93,80 euros. Não procedemos à contagem física dos saldos referidos em data próxima de 30 de Junho de 2018, dada a irrelevância material dos mesmos.

4.6.2. - Foram obtidas e testadas as reconciliações das contas de depósitos à ordem. Relativamente a 30 de Junho verificavam-se coincidências dos saldos contabilísticos e bancários relativamente às contas 12102 “Conta Caução”, 12106 “SPMS DL 209/2015” e 12110 “Caução Fundo Imobiliário”. As contas 12.1.01 – IGCP, 12104 “SITAM”, 12105 “Proj Comunitario” e 12107 “Centro Contacto SNS” apresentavam saldos divergentes, tendo sido feita a identificação de todos os movimentos que justificavam a diferença de saldos apurados, não apresentando estes movimentos antiguidades elevadas.

Salienta-se que a SPMS observou integralmente o princípio da unidade de tesouraria do Estado.

4.6.3. – Relativamente à conta de Outros Depósitos Bancários, verificou-se que não existiam quaisquer saldos à data de 30 de Junho 2018.

4.6.4. – Foi analisada a conta de Clientes relativamente à natureza dos saldos e antiguidades. Não existiam saldos de natureza contrária nem saldos com antiguidades elevadas que justificassem ajustamentos.

Igual procedimento foi feito para as contas de Fornecedores, que apresentavam um saldo total em 30 de Junho de 2018 no montante global de cerca de 2.744.580 euros, existindo saldos de natureza contrária no montante de cerca de 108.367 euros.

4.6.5. - Relativamente às Outras Contas a Receber e a Pagar, foram analisados os saldos das contas Outros Acréscimos de Rendimentos, Acréscimos de Gastos por Natureza do Gasto, Fornecedores de Investimento ACEs e Entrega do Saldo de Gerência, nada havendo de especial a relatar. Foram obtidos os extractos e fotocópias dos documentos de suporte mais relevantes, relativos às contas acima mencionadas.

- 4.6.6. – Relativamente a empréstimos bancários obtidos, há a referir que a conta se apresentava saldada, na sequência das liquidações ocorridas no exercício de 2016. Foi feita a confirmação da inexistência de financiamentos bancários através do documento da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, com referência à data de 30 de Junho de 2018.
- 4.6.7. – Relativamente à conta de Diferimentos, analisámos as contas de Gastos a Reconhecer e a conta de Rendimentos a Reconhecer. A conta Gastos a Reconhecer referia-se a diversas faturas emitidas no exercício de 2017 e 2018, cujos gastos se referiam ao período seguinte, nomeadamente a fatura do Fornecedor “Normática” cuja especialização se cifrou em 1.029.895,89 euros. Relativamente à conta de Rendimentos a Reconhecer a mesma diz respeito ao diferimento do valor recebido referente à transferência do OE, sendo este montante calculado tendo em conta o grau de execução da despesa.
- 4.6.8. – Quanto aos Subcontractos foram analisadas as aquisições mais relevantes do primeiro trimestre, os respectivos contratos que se encontram publicados na Basegov e a contabilização das correspondentes facturas, tendo-se obtido fotocópias dos referidos documentos. Verificou-se concordância entre os valores dos contractos e as verbas contabilizadas. Analisou-se também a forma de contratação, tendo-se constatado a existência de um número elevado de aquisições por ajuste directo e ajuste direto simplificado, os quais no entanto respeitavam o estipulado no Código da Contratação Pública.

- 4.6.9. - Procedemos ao controlo documental dos movimentos lançados nas contas de imobilizado, tendo-se obtido listagens das aquisições e fotocópias dos documentos de suporte mais significativos.
- 4.6.10. - Relativamente às amortizações a SPMS adopta o método da linha recta e utiliza as taxas de amortização correspondentes aos diversos períodos de vida útil estimada dos bens, lançando mensalmente por estimativa na conta 64 os respetivos valores.
- 4.6.11. - Quanto a Ajustamentos/Provisões foi feita a correcção de 13.834,40 referente a um fornecedor de Investimento dos ACEs.
- 4.7. – Procedemos à análise das contas de Capital Próprio tendo-se concluído que no segundo trimestre se verificaram dois movimentos, um a débito de Resultados Transitados, no montante de cerca de 1.769258 euros que se referia à transferência do Resultado Líquido negativo do exercício de 2017, sendo de salientar que as contas deste exercício ainda não estão aprovadas, e outro movimento a crédito da conta Outras Variações no Património Líquido, no montante de cerca de 340.000 euros que se referia à transferência recebida no âmbito de Centro de Contacto SNS24. Ainda relativamente ao Capital Próprio, deve salientar-se o facto do mesmo em 30 de Junho de 2018, continuar a ser inferior a 50% do capital subscrito, situação que cai no âmbito do Artº 35º do Código das Sociedades Comerciais.
- 4.8. - A análise documental dos gastos e rendimentos relevantes do período decorrido até 30 de Junho de 2018 permite concluir que o valor apurado, lucro de cerca de 3.524.049 euros refletirá apropriadamente o resultado do mesmo. Com efeito, o resultado acima referido foi motivado fundamentalmente pelo aumento das Prestações de Serviços, conjugadas com a diminuição dos Gastos com o Pessoal e das Amortizações que

compensaram o aumento verificado nos Fornecimentos e Serviços Externos.

- 4.9. -Controlámos a situação fiscal e perante a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações da SPMS, tendo podido concluir que todas as situações se encontravam regularizadas, se bem que existissem pequenas diferenças, materialmente irrelevantes.

5 – NOTA FINAL

Por último uma palavra de agradecimento pela boa colaboração e disponibilidade manifestadas pelo Administrador, pelo Director Financeiro, Contabilista Certificado e demais responsáveis com quem mantivemos contactos profissionais.

Lisboa, 27 de Julho de 2018

O FISCAL ÚNICO

**ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES – SOCIEDADE DE REVISORES
OFICIAIS DE CONTAS, LDA.**

representada pelo Dr. António Maria Velez Belém

R.O.C. 768



RELATÓRIO DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

SPMS-SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.

2º TRIMESTRE DE 2018

RELATÓRIO

1 - INTRODUÇÃO

Nos termos do despacho de 04 de Maio de 2015 de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro, que nos nomeou como Fiscal Único Efectivo da SPMS-Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE, adiante designada por SPMS, cumpre-nos apresentar relatório sobre a execução orçamental referida à data de 30 de Junho de 2018.

2 - METODOLOGIA

O Fiscal Único Efectivo procedeu à análise das contas referidas a 30 de Junho de 2018 da SPMS, que se encontram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, que integram o SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas. Foi verificada a compatibilidade entre os valores relevados no Balancete Analítico do Razão Geral com os valores constantes no Balanço, na Demonstração dos Resultados Líquidos por natureza e no PAO – Plano de Actividade e Orçamento para 2018.

3 - TRABALHO REALIZADO

Para além do controlo da execução orçamental referida a 30 de Junho de 2018, procedemos a análise crítica das posições financeira (Balanços) e dos resultados apurados (Demonstrações de Resultados), referidos a 30 de Junho de 2017 e 2018. Assim foram feitas:

- 3.1 – Comparação dos valores constantes no Balanço de 30 de Junho de 2018 com os valores do período homólogo do ano anterior.
- 3.2.- Comparação dos valores constantes na Demonstração de Resultados Líquidos por natureza referida a 30 de Junho de 2018, com os valores do período homólogo do ano anterior e com os valores previstos no PAO referente a 2018.
- 3.3– Controlo dos investimentos realizados versus investimentos orçamentados para o exercício de 2018 (grau de execução orçamental dos investimentos).

4 - RELATÓRIO

Como consequência do trabalho desenvolvido e da análise dos Anexos que integram o presente relatório parece-nos conveniente realçar as seguintes conclusões:

4.1. – Balanço (Anexo I)

4.1.1.- O Activo Líquido em 30 de Junho de 2018 é superior ao do período homólogo do ano anterior em cerca de 6.603.352 euros, o que representa em percentagem um acréscimo de 35,78%. Esta variação positiva resultou de um ligeiro aumento do Ativo não Corrente de cerca de 46.226 euros, em percentagem 1,53%, provocado pela acção conjugada dos aumentos do Activo Intangível e do Activo Intangível em Curso, cerca de 167.918 euros e 91.085 euros respetivamente e da diminuição do Activo Fixo Tangível, cerca de 212.777 euros e do aumento do Activo Corrente em cerca de 6.557.306 euros, em percentagem 42,51%, devido aos decréscimos dos saldos das contas Estado e Outros Entes Públicos e de Diferimentos, que foram mais do que compensados pelos acréscimos verificados nos saldos de Clientes, Outras Contas a Receber e Caixa e Depósitos Bancários. **Em conclusão, o activo líquido cresceu de forma muito significativa, fundamentalmente devido aos aumentos dos saldos de Clientes, das Outras Contas a Receber e das Disponibilidades (Caixa e Bancos) e à redução dos saldos das contas de Estado e Outros Entes Públicos e Diferimentos.**

4.1.2.- Relativamente ao Capital Próprio verifica-se um aumento em valor absoluto, de Junho de 2018 para Junho de 2017, de cerca de 264.088 euros, em percentagem 4,33%, resultante da diminuição do saldo da conta de Resultados Transitados, cerca de 2.188.077 euros e dos aumentos dos saldos das Outras Variações no Capital Próprio e no Resultado Líquido do período, nos montantes de cerca de 407.487 euros e de 2.044.678 euros, respetivamente. **Em conclusão, deve referir-se que o total do Capital Próprio aumentou, atingindo um valor total de cerca de 6.366.478 euros, devido fundamentalmente aos movimentos registados a débito da conta de Resultados Transitados e ao aumento verificado no Resultado Líquido do período. Entendemos chamar a atenção para o facto do capital próprio da SPMS representar somente cerca de 24,83 % do Capital Subscrito, o que cai no âmbito do Artº 35º do Código das Sociedades Comerciais,**

pelo que devem ser tidas em consideração as medidas aplicáveis previstas na legislação em vigor.

4.1.3. – No que concerne ao Passivo Total registou-se um aumento de cerca de 6.603.532 euros relativamente a Junho de 2017, o que em percentagem representa cerca de 35,78%. Esta variação resultou da diminuição do Passivo não Corrente de cerca de 164.140 euros, em percentagem 32,75%, devido à redução do saldo da conta de Provisões e do aumento do passivo corrente em cerca de 6.503.584 euros, devido aos aumentos ocorridos nos saldos das contas de Fornecedores, Estado e Outros Entes Públicos, Fornecedores de Investimentos, Outras Contas a Pagar e Diferimentos.

Em conclusão, pode referir-se que o crescimento muito significativo do Passivo Total da SPMS teve a ver fundamentalmente com os aumentos dos saldos das contas de Estado e Outros Entes Públicos, Outras Contas a Pagar e especialmente a conta de Diferimentos.

4.2.- Demonstração de Resultados por natureza (Anexo II)

O Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA), em 30 de Junho de 2018, no montante de cerca de 5.582.290 euros era superior ao do período homólogo de 2017, em cerca de 2.596.897, o que representa um crescimento de 86,99%. Este aumento do EBITDA é explicada fundamentalmente pelo efeito conjugado das variações favoráveis das Vendas e Prestação de Serviços, cerca de 6.262.674 euros e nos Gastos com Pessoal, cerca de 468.773 euros e das variações desfavoráveis nos Subsídios à Exploração, cerca de 163.722 euros, Fornecimentos e Serviços Externos, cerca de 3.531.830 euros, Outros Rendimentos e Ganhos, cerca de 332.906 euros e nos Outros Gastos e Perdas, cerca de 106.092 euros..

Em consequência do aumento do EBITDA acima referida, o Resultado Operacional (EBIT) em Junho de 2018, cerca de 4.780.769 euros é significativamente superior ao do período homólogo, em cerca de 2.883.430 euros, o que representa uma melhoria de 151,97%. O Resultado antes de impostos (RAI), de cerca de 4.780.769 euros também é significativamente superior ao do período homólogo, cerca de 2.883.430 euros o que representa em percentagem cerca de 151,97%. Considerando o efeito fiscal chega-se a um Resultado Líquido de cerca de 3.524.049 euros em Junho de 2018, contra um resultado de cerca de 1.479.372 euros no período homólogo do exercício anterior, o que equivale a um crescimento de 138,21 %. **Como conclusão, deve salientar-se que a melhoria acentuada do resultado apurado se baseia fundamentalmente, no aumento das Vendas e Prestação de Serviços, deduzido do aumento verificado nos Fornecimentos e Serviços Externos.**

4.2.- Execução Orçamental (Anexo III)

4.2.1.- Dos Rendimentos e Gastos

Feita comparação entre os valores anuais orçamentados e os valores reais do período e admitindo-se que os valores constantes no orçamento anual se repartem igualmente pelos quatro trimestres, pode concluir-se que os desvios verificados foram muito significativos quer relativamente aos rendimentos, quer em relação aos gastos orçamentados. Com efeito os graus de execução atingidos foram nas Vendas e Prestações de Serviços, 25%, nos Subsídios à Exploração, 32%, nos Fornecimentos e Serviços Externos 24%, nos Gastos com Pessoal 28%, nos Outros Rendimentos e Ganhos 65% e nos Outros Gastos e Perdas 10%. Assim, em Vendas e Prestações de Serviços, estão realizados cerca de menos 25% do que o orçamentado, o que se explica pelo facto de ao abrigo do contrato-

programa com a ACSS somente terem sido faturados os 25% iniciais. Em termos de resultados pode concluir-se que todos apresentam graus de realização superiores a 50% do orçamentado. Assim o EBITDA regista 137% do orçamentado, o Resultado Operacional atinge cerca de 1344% do orçamentado, o RAI também cerca de 1344% e o Resultado Líquido do período apresenta cerca de 1329% do orçamentado. **Em conclusão pode referir-se que o grau de execução orçamental verificado em 30 de Junho, evidenciando desvios significativos, é fortemente influenciado pela baixa execução da generalidade das rubricas de rendimentos e gastos, devendo salientar-se a importância da reduzida faturação no âmbito do contrato-programa com a ACSS provocar limitações, quer relativamente aos rendimentos facturados, quer quanto aos gastos assumidos.**

4.2.2.- Dos Investimentos (Anexo IV)

Feita análise entre os investimentos orçamentados e os efectivamente realizados até 30 de Junho de 2018, pode concluir-se que do montante anual orçamentado de 8.130.081 euros, somente foram realizados cerca de 856.801 euros, 108.256 euros em Equipamento Básico, 312.343 euros em Equipamento Administrativo, 11.673 euros em Outros Investimentos, 332.714 euros em “software” informático e 91.805 euros em Ativos Intangíveis em Curso, o que corresponde a um grau de execução orçamental global de cerca de 10,54%.

NOTA FINAL

Por último uma palavra de agradecimento pela boa colaboração e disponibilidade manifestadas pelo Director da Direcção Financeira e demais responsáveis com quem mantivemos contactos profissionais.

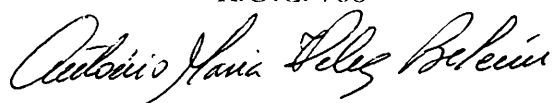
Lisboa, 27 de Julho de 2018

O FISCAL ÚNICO

ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES, SROC, LDA.

representada pelo Dr. António Maria Velez Belém

R.O.C. 768



SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE
BALANÇOS

RUBRICAS	JUNHO 2018	JUNHO 2017	VARIAÇÃO	
			Valor	%
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	1.758.151	1.970.928	-212.777	-10,80
Propriedades de investimento				
Goodwill				
Activos intangíveis	1.227.905	1.059.987	167.918	15,84
Ativos Intangíveis em Curso	91.085		91.085	
Participações financeiras - método equivalência patrimonial				
Participações financeiras - outros métodos				
Accionistas / sócios				
Outros activos financeiros				
Activos por impostos diferidos				
Outras contas a receber				
Total Activo não corrente	3.077.141	3.030.915	46.226	1,53
Activo corrente				
Inventários	0	0		
Clientes	8.451.502	860.699	7.590.803	881,93
Adiantamentos a fornecedores	0	0		
Estado e outros entes públicos	575.871	2.216.971	-1.641.100	-74,02
Accionistas / sócios				
Outras contas a receber	2.800.735	1.186.755	1.613.980	136,00
Diferimentos	1.361.360	4.280.124	-2.918.764	-68,19
Activos financeiros detidos para negociação				
Outros activos financeiros				
Activos não correntes detidos para venda				
Caixa e depósitos bancários	8.792.159	6.879.772	1.912.387	27,80
Total Activo corrente	21.981.627	15.424.321	6.557.306	42,51
Total do Activo	25.058.768	18.455.236	6.603.532	35,78

SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE
BALANÇOS

RUBRICAS	JUNHO 2018	JUNHO 2017	VARIAÇÃO	
			Valor	%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado	25.637.140	25.637.140	0	0,00
Reservas legais	0	0		
Outras reservas	0	0		
Resultados transitados	-28.542.198	-26.354.121	-2.188.077	8,30
Ajustamentos em activos financeiros	0			
Excedentes de revalorização	0			
Outras variações no capital próprio	5.747.487	5.340.000	407.487	7,63
Resultado líquido do exercício	3.524.049	1.479.371	2.044.678	138,21
Interesses minoritários				
Total do Capital próprio	6.366.478	6.102.390	264.088	4,33
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	337.017	501.157	-164.140	-32,75
Financiamentos obtidos				
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0	0		
Passivos por impostos diferidos	0	0		
Outros passivos não correntes	0	0		
Total do Passivo não corrente	337.017	501.157	-164.140	-32,75
Passivo corrente				
Provisões				
Fornecedores	2.744.580	2.503.288	241.292	9,64
Adiantamentos de clientes	0	0		
Estado e outros entes públicos	1.522.885	537.592	985.293	183,28
Fornecedores de Investimentos	160.771		160.771	
Accionistas/Sócios				
Outras contas a pagar	5.387.375	3.810.809	1.576.566	41,37
Diferimentos	8.539.662	5.000.000	3.539.662	70,79
Total do Passivo corrente	18.355.273	11.851.689	6.503.584	54,87
Total do Passivo	18.692.290	12.352.846	6.339.444	51,32
Total do Capital próprio e do Passivo	25.058.768	18.455.236	6.603.532	35,78

SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

RUBRICAS	JUNHO 2018	JUNHO 2017	VARIAÇÃO	
			Valor	%
RENDIMENTOS E GASTOS				
Vendas e prestações de serviços	7.936.857	1.674.183	6.262.674	374,07
Subsídios à exploração	15.383.224	15.546.946	-163.722	-1,05
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0		
Variações nos inventários de produção	0	0		
Trabalhos para a própria entidade	0	0		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0		
Fornecimentos e serviços externos	-13.620.127	-10.088.297	-3.531.830	35,01
Gastos com o pessoal	-3.828.803	-4.297.576	468.773	-10,91
Imparidade de inventários (perdas)				
Imparidade de inventários reversões)	0	0		
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	0	0		
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0	0		
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0		
Reduções de justo valor	0	0		
Aumentos de justo valor	0	0		
Outros rendimentos e ganhos	130.177	463.083	-332.906	-71,89
Outros gastos e perdas	-419.038	-312.946	-106.092	33,90
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	5.582.290	2.985.393	2.596.897	86,99
Gastos de depreciação e amortização	-801.521	-1.088.053	286.532	-26,33
Reversões de depreciação e amortização	0	0		
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4.780.769	1.897.340	2.883.430	151,97
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0		
Juros e gastos suportados				
Resultado antes de impostos	4.780.769	1.897.340	2.883.430	151,97
Imposto sobre o rendimento	-1.256.720	-417.968	-838.752	200,67
Resultado líquido do período	3.524.049	1.479.372	2.044.678	138,21

SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE

CONTROLO EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

RUBRICAS	REAL JUNHO 2018	ORÇAMENTO ANUAL 2018	GRAU DE EXECUÇÃO
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e prestações de serviços	7.936.857	31.622.723	0,25
Subsídios à exploração	15.383.224	47.968.559	0,32
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0
Variações nos inventários de produção	0	0	0
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	-13.620.127	-57.780.200	0,24
Gastos com o pessoal	-3.828.803	-13.543.937	0,28
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0	0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	0	0
Provisões (aumentos/reduções)		0	0
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	130.177	200.000	0,65
Outros gastos e perdas	-419.038	-4.399.301	0,10
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	5.582.290	4.067.844	1,37
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-801.521	-3.712.040	0,22
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4.780.769	355.804	13,44
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	0
Juros e gastos suportados			#DIV/0!
Resultado antes de impostos	4.780.769	355.804	13,44
Imposto sobre o rendimento	-1.256.720	-90.730	13,85
Resultado líquido do período	3.524.049	265.074	13,29



ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
SROC N.º 96 - NIF. 502 585 811 - Capital Social realizado 12.600 €

ANEXO IV

SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE

CONTROLO ORÇAMENTAL - INVESTIMENTOS

RUBRICAS	INVESTIMENTOS JUNHO 2018	ORÇAMENTO ANUAL INVESTIMENTOS	GRAU DE EXECUÇÃO
Activos fixos tangíveis	432.282	7.702.000	5,61%
Edifícios e Outras Construções		1.597.000	0,00%
Equipamento Básico	108.266	5.618.000	1,93%
Equipamento Administrativo	312.343	450.000	69,41%
Outros Investimentos	11.673	37.000	31,55%
Activos intangíveis	424.519	428.081	99,17%
Software Informático	332.714	428.081	77,72%
Ativos Intangíveis em Curso	91.805		
Totais	856.801	8.130.081	10,54%